

OPINIÃO SOCIALISTA



R\$2

(11) 9.4101-1917

PSTU Nacional

www.pstu.org.br

@pstu

Portal do PSTU

@pstu_oficial



FORA BOLSONARO E MOURÃO

VACINA PARA TODOS JÁ

MANTER O AUXILIO EMERGENCIAL E GARANTIR O EMPREGO

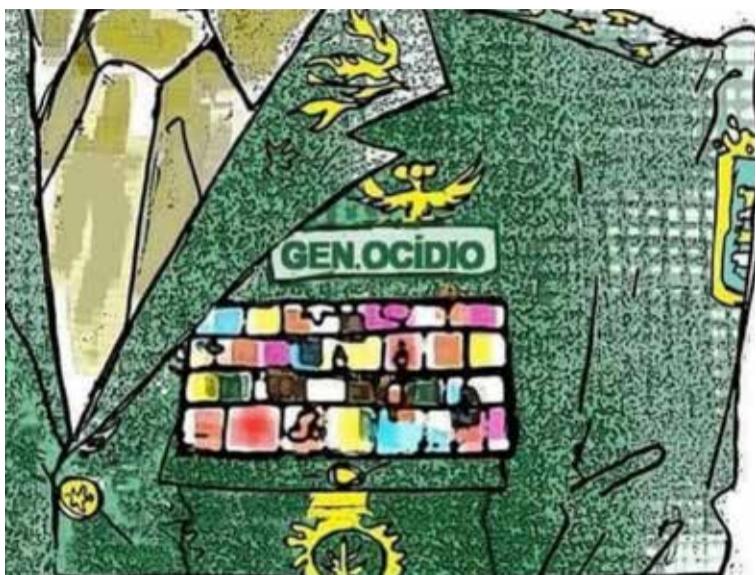
População de Manaus precisa correr atrás de oxigênio para tentar salvar familiares



PDF INTERATIVO - CLIQUE NO QR CODE >  DAS MATERIAS E VÁ DIRETO PARA O SITE

páginadois

CHARGE



“ Se você virar um jacaré, é problema seu. ”



Bolsonaro questionando os supostos efeitos colaterais das vacinas contra o coronavírus, tomando como exemplo a da Pfizer/BioNTech. Seu governo se recusou a comprar 70 milhões de doses do laboratório.



Expediente

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal da Editora Sundermann. CNPJ 06.021.557/0001-95 / Atividade Principal 47.61-0-01. **JORNALISTA RESPONSÁVEL** Mariúcha Fontana (MTb14555) **REDAÇÃO** Diego Cruz, Jeferson Choma, Luciana Cândido **DIAGRAMAÇÃO** Luciano Lasp **IMPRESSÃO** Gráfica Atlântica

CONTATO

FALE CONOSCO VIA WhatsApp

Fale direto com a gente e mande suas denúncias e sugestões de pauta

(11) 9.4101-1917

opiniao@pstu.org.br

Av. Nove de Julho, 925. Bela Vista - São Paulo (SP). CEP 01313-000

SUPERFATURADO

Bolsonaro se lambuza com leite condensado

No último dia 26, o site Metrópoles divulgou dados que mostram a administração federal (que inclui de ministérios a autarquias) gastando mais de R\$ 15 milhões de recursos públicos para comprar leite condensado em 2020. O valor é, por exemplo, cinco vezes superior a tudo que o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) recebeu para fazer o monitoramento por satélite de toda a Amazônia, Pantanal e demais regiões do país – R\$ 3,2 milhões no mesmo período, segundo dados levantados pela consultoria Rubrica. Os gastos alimentícios do Governo Federal somaram mais de R\$ 1,8 bilhão em 2020. Estão incluídas ainda despesas de R\$ 2,2 milhões

com chicletes, R\$ 32,7 milhões com pizza e refrigerante, R\$ 8,9 milhões em bombons, entre outras guloseimas. Enquanto isso, milhões de brasileiros deixaram de lado itens alimentícios básicos ao fazer as contas no caixa do supermercado por conta do aumento do preço do arroz, do feijão e do óleo de soja. Sem falar que Bolsonaro cortou o auxílio emergencial, enquanto gastou milhões em doces.



Está mais do que na cara que existe superfaturamento e corrupção nessa compra, enquanto muita gente vê a fome bater à sua porta.

CLOROQUINA BOLIVARIANA

Las gotículas milagrosas de Maduro

Pensou que só no Brasil havia maluco receitando cloroquina, vermicidas e aplicação de ozônio pelo ânus para tratar a COVID-19? Pensou errado! O presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, anunciou em sua live semanal, no dia 24 de janeiro, que a Venezuela vai começar a produção em massa de um poderoso antiviral classificado por ele como “as gotículas milagrosas do doutor José Gérgorio Hernández”, que supostamente neutralizaria em “100% o coronavírus”. Segundo Maduro, o medicamento trata tanto pacientes em estado grave quanto aqueles com quadro moderado da doença. Todos os que foram tratados



teriam se recuperado da doença. “Dez gotas sob a língua a cada quatro horas, e o milagre está feito”, garantiu. Parece que Maduro quer disputar a posição com Bolsonaro de quem será o gover-

no sul-americano mais genocida na pandemia. Notícia de última hora: parece que o pastor Walde-miro embarcou rumo a Venezuela para vender seu feijão mágico.



Fora Bolsonaro e Mourão!

O Brasil quer vacina já!

O ano começou com uma imagem de esperança: a primeira vacinação, numa enfermeira negra da linha de frente do combate à pandemia.

Pouco depois, porém, a esperança deu lugar à revolta com a tragédia anunciada em Manaus. Pacientes morrendo sufocados por falta de oxigênio, familiares vendendo o carro para tentar comprar cilindros do gás e trabalhadores do SUS desesperados.

Indignação ainda maior ocorreu quando foi revelado que o general Eduardo Pazuello esteve dias antes na capital amazonense, foi informado sobre a falta de oxigênio e nada fez. Ou melhor, fez: distribuiu cloroquina. Em qualquer lugar civilizado, ele já estaria preso, assim como seu chefe, afinal um manda e o outro só obedece.

Ficou cada vez mais evidente que o governo de Bolsonaro e Mourão é um completo entrave à vacinação em massa.

Na mesma semana, as pesquisas revelaram o forte desgaste do governo. A revista Exame mostrou um tombo na aprovação do presidente de 37% para 26%. No Datafolha, a rejeição sobe 8 pontos, indo para 40%. Já a pesquisa Atlas mostra que a maioria do povo, 53%, é a favor do impeachment. Reflexo da crise sanitária junto com o fim do auxílio emergencial e do avanço do desemprego (leia mais na página 7).

MOBILIZAÇÕES PRECISAM AVANÇAR

A tampa da panela de pressão começa a se mexer. Os panelaços retornam com força. As carreatas foram fortes e aconteceram em todas as regiões. Mas esse governo não vai cair sozinho. É

preciso intensificar as lutas e utilizar todo o arsenal disponível neste momento para pôr abaixo este governo.

Temos, por um lado, uma oposição de direita que não está disposta a tirar Bolsonaro, mas desgastá-lo para colocar uma alternativa sua nas próximas eleições. A oposição parlamentar de esquerda, por sua vez, é absorvida pela disputa da presidência da Câmara, na qual um setor do PT, por exemplo, defende apoiar o candidato de Bolsonaro, e outro defende o de Maia. O mesmo ocorre no PSOL, em que os parlamentares se digladiam sobre apoiar ou não o candidato de Rodrigo Maia. A perspectiva também não é derrubar Bolsonaro, mas construir uma frente ampla com a burguesia para 2022.

A hora é a de unificar a luta para tirar Bolsonaro e Mourão já! Nesse sentido, foi importante a plenária nacional popular ocorrida no último dia 25. Reunindo movimentos, partidos e diversas organizações, foi aprovado um calendário de lutas que inclui um conjunto de ações (leia nas centrais). É decisivo que as organizações joguem todo o peso nessa jornada, como defende a CSP-Conlutas.

PROPOSTA DOS TRABALHADORES PARA TER VACINA, AUXÍLIO E EMPREGO

Ao mesmo tempo, precisamos exigir investimentos maciços no SUS e nos institutos como o Butantan e a Fiocruz que, embora precarizados nos últimos anos, são referências em vacinas. Da mesma forma, é preciso quebrar a patente de todas as vacinas. O Brasil tem condições de produzir os insumos para si e para o mundo, inclusive com tecnologia mais avançada, desde que se invista em ciência e pare de su-

catear o setor.

É fundamental ainda a volta do auxílio emergencial de R\$ 600 (que deveria ser, na verdade, de pelo menos um salário mínimo). É urgente isentar a tarifa de ônibus, luz e água aos desempregados, assim como reduzir e congelar os preços da cesta básica e do gás de cozinha.

É preciso garantir a estabilidade no emprego, estatizar sem indenização as grandes empresas que fecham ou demitem, como a Ford; reduzir a jornada para abrir novos postos, sem reduzir salários; investir num plano de obras públicas que gere emprego; e garantir a sobrevivência do pequeno negócio e do pequeno empresário, isentando de impostos, garantindo crédito e assumindo a folha de pagamento das empresas com até 20 funcionários.

Para conseguir isso, basta atacar os lucros dos bilionários, das grandes empresas e dos banqueiros; proibir a remessa de lucros e taxar fortemente as multinacionais, nacionalizando os setores essenciais e as 100 maiores empresas, que controlam 70% da economia. Uma taxação de 40% da fortuna dos 43 bilioná-

rios garantiria com sobra o auxílio emergencial e as vacinas. Além disso, é preciso defender a soberania e impedir as privatizações.

O governo e o Congresso Nacional reclamam que não há dinheiro e que só podem conceder um auxílio (ainda menor que os R\$ 600) se tirar da saúde e da educação ou se atacar os setores remediados, como os servidores, mas não fazem nada contra os banqueiros, grandes empresários e bilionários. Pelo contrário, dão isenções e entrega estatais para eles. Chega! São os ricos que devem pagar pela crise.

Nessa luta, precisamos levantar ainda a necessidade de um governo socialista dos trabalhadores, que governe em conselhos populares. É preciso colocar no horizonte a estratégia da revolução socialista, que permita construir uma sociedade igualitária, com pleno emprego, sem miséria, opressão ou exploração aqui e em todo o mundo. Para isso, precisamos também nos organizar. Venha construir uma alternativa socialista e revolucionária conosco.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/36fnwbo](https://bit.ly/36fnwbo)



METALÚRGICOS

“É preciso agir e estatizar a Ford sob controle dos trabalhadores”


**ROBERTO AGUIAR,
DE SALVADOR (BA)**

No último dia 11, a Ford anunciou a sua saída do Brasil e o fechamento de todas as plantas no país. Com isso, 5 mil trabalhadores diretos perderão seus empregos em plena pandemia. A montadora anunciou o fechamento das fábricas em Taubaté (SP), Camaçari (BA) e Horizonte (CE).

Em comunicado público, a direção da companhia disse que o fechamento das fábricas faz parte de um processo de reestruturação mundial. Na verdade, o objetivo é manter a alta taxa de lucro da montadora, mesmo que isso signifique a demissão de milhares de operários, concentrando a produção em outros países da América do Sul.

O Opinião Socialista conversou com Luis Carlos Prates, o Mancha, operário da General Motors (GM) e membro da Secretaria Nacional da CSP-Conlutas, que localiza o fechamento da Ford no marco da crise econômica e sanitária, bem como no processo de desindustrialização pelo qual passa o Brasil.

A Ford pegou de surpresa os trabalhadores com o anúncio do fechamento das fábricas no Brasil em meio à pandemia. Qual o impacto disso?

Mancha – São mais de 5 mil trabalhadores diretos que perderam seus empregos, em meio à pandemia. De acordo com o estudo realizado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), as 5 mil demissões significam uma perda potencial de mais de 118.864 mil postos de trabalho, somando diretos, indiretos e induzidos. Essas demissões podem resultar em perda potencial de massa salarial da ordem de R\$ 2,5 bilhões/ano, considerando-se os empregos diretos e indiretos. Além disso, haverá queda de arrecadação de tributos e contribuições em torno de R\$ 3 bilhões ao ano.



Luiz Carlos Prates, o 'Mancha'

Em comunicado público, a Ford disse que o fechamento das fábricas faz parte de um processo de reestruturação mundial. O que isso significa?

Ao tomar a decisão de fechar as fábricas no Brasil, a Ford segue a lógica dos monopólios capitalistas, que buscam fazer reestruturação demitindo funcionários e fechando fábricas. Obedecem à lógica de maximizar cada vez mais os seus lucros, e quem paga essa conta são os trabalhadores. Para as multinacionais, não importa se sua reestruturação vai eliminar a economia de cidades inteiras, como Camaçari (BA). Não importa se vai chegar a milhares de desempregados. O que importa é seguir alcançando lucros. Por isso, não podemos assistir o que essa empresa está fazendo, é preciso resistir. É preciso uma postura firme dos sindicatos, das centrais sindicais e das autoridades com uma ampla campanha nacional para evitar que milhares de trabalhadores sejam jogados na rua da amargura.

A direção das montadoras, a grande mídia e o governo dizem que o fechamento das fábricas é reflexo da falta de medidas que reduzam o “custo Brasil”. Como você avalia isso?

Isso é uma mentira. É um falso discurso que o governo

e os empresários fazem, com o apoio da grande mídia, para impor as reformas neoliberais que retiram direitos dos trabalhadores, como aconteceu com a reforma da Previdência e a trabalhista. Eles alegam que as reformas são necessárias para gerar empregos, mas o que temos visto é o aumento do desemprego e o fechamento de fábricas. O que aumentou foi a precarização do trabalho. Então, o problema não são os custos trabalhistas. Querem tirar mais direitos, rebaixar mais salários para poder manter as empresas. Mas essa lógica de redução de custos do trabalho, além de não gerar mais emprego, não garante mais investimentos e manutenção dessas empresas no país. Se fosse assim, a Ford e a Sony não teriam encerrado suas atividades no Brasil.

Bolsonaro falou que a saída das empresas do Brasil também está relacionada à falta de isenções de impostos. Qual a sua opinião?

Outra grande mentira. Tudo o que Bolsonaro e os presidentes que o antecederam, assim como os governos estaduais e as prefeituras onde as fábricas estão instaladas, têm oferecido isenções de impostos. Sómente a Ford tem isenção fiscal até 2024, o que é um absurdo. Porque isso é dinheiro que sai da



educação, dinheiro que deveria ser utilizado na moradia e, inclusive, para combater a pandemia, dinheiro que sai dos cofres públicos, que sai daquele trabalhador que está agora sem receber auxílio emergencial, e vai para os cofres das grandes montadoras. Depois essas empresas pegam esses recursos e mandam como remessa de lucros para o exterior. Essa lógica perversa tem que acabar.

Além das isenções, essas empresas também recebem dinheiro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que é um banco público.

Sim, é verdade. O que deixa evidente como o Estado é um balcão de negócios da burguesia. A Ford, por exemplo, está entre as quatro montadoras mais contempladas por recursos do BNDES em período recente. Entre 2002 e 2018, a montadora teve acesso a R\$ 5,5 bilhões de crédito. Entre 2016 e 2019, o setor automotivo

como um todo foi contemplado com incentivos tributários federais no montante de R\$ 15,4 bilhões, além da política de desoneração da folha de pagamentos. Segundo a Secretaria da Receita Federal, os gastos tributários do setor automotivo passaram de R\$ 2,81 bilhões em 2011 para R\$ 6,45 bilhões em 2020. Dinheiro público que deveria estar sendo investido nas áreas sociais e no combate à pandemia.

A Ford, também, era contemplada por um programa de “incentivos” do estado da Bahia, que previa redução de 100% do imposto de importação sobre bens de capital, 90% sobre insumos e até 50% sobre importação de veículos; redução de 45% do IPI na aquisição de insumos; isenção de frete para renovação da marinha mercante; isenção de IOF nas operações de câmbio para pagamento de bens importados; isenção de imposto de renda sobre os lucros, crédito presumido de IPI como o resarci-



o processo de desindustrialização no país. Como você vê isso?

A desindustrialização já vem de algum tempo e é parte desse sistema capitalista globalizado, predatório, que impede o desenvolvimento de uma indústria nacional, resultado de políticas governamentais que privatizaram e desnacionalizaram indústrias e empresas de setores estratégicos. O país se torna um mero exportador de grãos e minérios. Nos anos 1980, o país já teve o oitavo parque industrial do mundo e o peso da indústria de transformação no Produto Interno Bruto (PIB) era de 33%. Em 2019, o setor que abrange a indústria de plástico, alimentos, bebidas, metalurgia, têxtil, entre

outras, representou apenas 11% da atividade econômica. O setor automotivo vem perdendo posição em relação aos demais países centrais. Segundo dados da Unido, em 2018, o Brasil ocupava a nona posição no valor adicionado da indústria de transformação (VAT) mundial e, em 2018, caiu para a décima sexta posição. A política econômica implementada por Bolsonaro aprofunda o papel do Brasil como exportador de bens primários e importador de artigos industriais.

Na sua opinião, é possível reverter as demissões?

Depois de décadas lucrando com a venda de automóveis (só em 2020, a Ford licenciou 139.897 veículos, o que repre-

sentou 6,8% do total de veículos licenciados no Brasil), com os benefícios fiscais recebidos dos governos e financiamento público recebido do BNDES, a Ford simplesmente dá as costas para os trabalhadores. Não podemos permitir que eles percam seus empregos, enquanto o lucro da montadora seja preservado. É necessária uma grande mobilização em defesa dos empregos, cobrando dos governos uma atitude frente ao descaso da montadora. É preciso agir. Se a empresa já recebeu R\$ 20 bilhões em incentivos fiscais e agora quer ir embora do país, tem que devolver tudo, e para isso tem que deixar a fábrica aqui para que os trabalhadores possam tocar a empresa.

É necessário que haja uma ação do Governo Federal e dos governos estaduais para garantir a produção de automóveis e assim garantir os empregos. Defendemos a estatização das fábricas e que sejam controladas pelos próprios trabalhadores. Essa é a única maneira de garantir o emprego, os direitos e, de certa forma, o mercado e também a soberania nacional. Não pode ser que o governo Bolsonaro assista quieto ou zombando, saia dizendo que quem não dá lucro fecha porque perdeu a concorrência. Então, a saída é a estatização da empresa sob controle dos trabalhadores.

**LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3PQWRYC](https://bit.ly/3PQWRYC)**

FORD

Sindicato convoca luta contra as demissões e pela estatização da montadora



Desde que foi divulgado o fechamento das fábricas da Ford, o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos (SP), filiado à CSP-Conlutas, iniciou uma campanha de solidariedade aos operários demitidos e convocou uma campanha nacional pela estatização da multinacional.

“Embora não tenhamos a representatividade sobre os trabalhadores da Ford no Brasil, defendemos que as entidades que desempenham esse papel organizem mobilizações, inclusive com a ocupação da fábrica, para pressionar a montadora a não sair do país. O drama dos funcionários da

Ford também leva preocupação para outros trabalhadores das demais categorias. Daí a importância de construirmos uma corrente de solidariedade e um processo de luta unitário”, defende Weller Gonçalves, presidente do sindicato.

No dia 21 de janeiro, foram realizadas atividades por todo

o país, como parte do Dia Nacional de Luta contra o Fechamento da Ford, organizado de forma unitária pelas centrais sindicais, com o lema “Todos pelo emprego. Contra o fechamento da Ford”.

“Esta é uma luta em defesa dos empregos, que tem de unir todos os trabalhadores e a população em geral. É preciso haver uma forte pressão popular sobre os governos e a própria Ford para que se reverta essa medida cruel tomada pela multinacional”, afirma Weller.

ESTATIZAÇÃO

Outra bandeira levantada pelo Sindicato é a estatização da Ford sob controle dos trabalhadores, como forma de preservar os empregos.

“Com essa medida, empregos seriam preservados e o Brasil teria o retorno de tanto dinheiro público injetado na montadora. Para que isso seja possível, é preciso aprovação pelo Congresso Nacional. Vamos exigir que deputados e senadores atuem em favor dessa medida. Estatização, já!”, conclui Weller.

NÚMEROS



Fechamento da Ford vai provocar desemprego de 118 mil, entre trabalhadores diretos, indiretos, comércio e serviços.



R\$ 5,5 bilhões foi o valor dos créditos do BNDES à Ford entre 2002 e 2018.



R\$ 15,4 bilhões foi o valor dos incentivos tributários federais concedidos ao setor automotivo.

PANDEMIA

Fim do auxílio emergencial cria outra crise humanitária no país



DA REDAÇÃO

O ano de 2021 começou com a tragédia anunciada da segunda onda da COVID-19, com as cenas dramáticas dos pacientes morren-

do sem oxigênio em Manaus (AM), e outra tragédia também anuncia da. Milhões de pessoas estão agora se sufocando, não por falta de ar, mas de dinheiro para sobreviver.

A grande maioria das 67 milhões de pessoas que con-

seguiram sobreviver no ano passado por conta do auxílio emergencial estão hoje absolutamente à míngua. Considerando que, desses beneficiários, 20 milhões faziam parte do Bolsa Família, os outros 47 milhões ficaram sem qualquer tipo de benefício. Uma pesquisa do Datafolha recém-divulgada mostra que sete em cada dez pessoas que dependiam do auxílio estão sem nenhuma fonte de renda.

O problema não se restringe aos trabalhadores que perderam seu sustento com as medidas de distanciamento indicadas pelos governos, bastante limitadas por sinal. Outra questão é que o fim do auxílio emergencial tira da economia recursos que garantiam não só a sobrevivência dos

trabalhadores sem renda, mas também o sustento de toda uma rede de pequenos negócios: o pequeno comércio do bairro, o mercadinho, o trabalhador autônomo prestador de serviços.

Para se ter uma ideia do que isso representa, calcula-se que, no total, o auxílio emergencial tenha jogado R\$ 293 bilhões na economia. Mesmo com a sua

redução pela metade, decretada pelo governo Bolsonaro e Paulo Guedes, eram ainda R\$ 25 bilhões por mês. É quase o orçamento do Bolsa Família de 2020.

Isso, aliado à inflação dos alimentos e de produtos básicos, como o gás de cozinha, vai provocar uma segunda crise humanitária com mortes evitáveis, como em Manaus.

VEJA

Fim do auxílio pode triplicar miséria



Entre 21 e 31 milhões cairão na miséria, com menos de R\$ 155 por mês.



A miséria extrema, que era de 5% em novembro, vai pular para 10% a 15%.

Fonte: Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV).

ÓDIO A POBRE

Governo avisa: “Não vamos dar dinheiro para baile funk”

Foi essa a resposta de um funcionário direto de Paulo Guedes a um jornalista sobre a possibilidade da recriação do auxílio. Na visão do governo, a medida não seria mais necessária, já que “os taxistas estão nas ruas, as cidades estão movimentadas” e teria até “baile funk” acontecendo”.

Esse é o resumo do ódio e do preconceito a pobre de Guedes e da política genocida de Bolsonaro. Primeiro, foi justamente pelo fato de as cidades estarem “movi-

mentadas” que estamos sofrendo agora um novo pico da pandemia. Segundo, as parcas medidas de distanciamento social tomadas pelos governos estaduais, a contragosto de Bolsonaro, não causaram a enorme crise social que estamos vivendo agora. Se fosse assim, já estaríamos agora com tudo aberto, em plena recuperação, e ocorre o contrário, com a explosão do desemprego e fechamento de grandes empresas, como a Ford e a 3M.

A pandemia não causou a crise econômica, que já vinha de antes, mas a aprofundou ainda mais. Tudo isso mostra que, junto à política deliberada de Bolsonaro de disseminar o vírus para proteger os lucros de banqueiros e grandes empresários, está a política econômica de Paulo Guedes, tratado como queridinho pela grande imprensa que hoje ataca Bolsonaro. Ao lado deles, estão os banqueiros e os investidores.



Uma matéria do jornal Valor Econômico do dia 24 de janeiro estampa: “Risco de volta do auxílio preocupa o mercado”. Isso num momento em que pessoas morrem sufocadas por falta de oxigênio hospitalar, as UTIs lotam em todo o país e existe a possibili-

lidade real de uma iminente explosão social. Mas os banqueiros estão preocupados com a volta do auxílio emergencial e o teto dos gastos. “Se for de R\$ 600, dá uma desandada boa nos mercados”, reclama o economista-chefe da Ativa Investimentos, Étore Sanchez.

PARA NÃO MORRER DE FOME

Auxílio emergencial tem que voltar já!

Para impedir uma catástrofe social, além da tragédia sanitária que estamos vivendo, é necessária a volta imediata do auxílio emergencial e sua manutenção enquanto durar a pandemia. Guedes agora defende

que a vacinação em massa torna desnecessário o auxílio. Mas e até lá? E com esse governo que faz de tudo para sabotar as vacinas? Não há nem sequer um plano concreto de vacinação, e a crise pode durar meses ou anos.

Sem o auxílio, além de milhões serem jogados na miséria, é impossível realizar uma quarentena de fato, necessária para conter a pandemia. Dinheiro para isso existe. Basta tirar dos ricos. Um imposto emergen-

cial sobre a fortuna dos 43 bilionários do país, de 40%, arrecadaria algo como R\$ 325 bilhões.

É necessário garantir renda e também suporte ao pequeno negócio e aos pequenos empresários. O governo deve assumir

a folha de pagamento daqueles que possuem até 20 funcionários, isentando-os de taxas e tributos, além de oferecer linhas de crédito a esse segmento, que é responsável por 80% da força de trabalho no país.

GOVERNO GENOCIDA

Vacina para todos já! Fora Bolsonaro, Mourão e Pazuello!



DA REDAÇÃO

Acatástrofe sanitária em Manaus é um crime, um genocídio perpetrado pelos governos. Em qualquer outro lugar do outro mundo, levaria autoridades à cadeia. Porém também é uma amostra do que está por vir. Infelizmente, Manaus não é exceção. Manaus é o curso da COVID-19 sem controle, responsabilidade de um governo genocida que sempre negou e mentiu sobre a gravidade da pandemia que matou 220 mil brasileiros. Um governo que é contra as medidas de isolamento para impedir o morticínio, que lança dúvidas até no uso de máscaras e tem um presidente genocida que faz campanha contra a vacinação.

A política genocida de Bolsonaro e dos governos estaduais cúmplices, como o de Wilson Lima (PSC) no Amazonas, levou a uma crise humanitária que pode estender-se a todo o país. A sobrecarga dos leitos de UTIs em Manaus já vinha ocorrendo de forma acelerada, e o governo Bolsonaro sabia que faltaria oxigênio para os pacientes internados. Foi avisado

em 8 de janeiro, oito dias antes de vários hospitais do município entrarem em colapso por falta de estoque do material.

O governo fez? Mandou o ministro-general Pazuello dias antes a Manaus para enfilar cloroquina na população, mesmo sabendo que não tem eficácia comprovada nenhuma. Enquanto Manaus colapsava, o governo Bolsonaro se posicionava na Organização Mundial do Comércio (OMC) contra a quebra das patentes das vacinas desenvolvidas pelas grandes corporações farmacêuticas, seguindo as orientações do imperialismo dos Estados Unidos (ver página 9).

A necessidade de consumo diário de oxigênio em Manaus ultrapassou 70 mil metros cúbicos diários. Isso poderia ser fornecido pela fábrica de fertilizantes nitrogenados da Petrobras no Paraná, que produzia cerca de 360 mil metros cúbicos de oxigênio por dia. O problema é que a fábrica foi fechada há um ano pela atual gestão da Petrobras.

Recentemente, o Ministério da Saúde confirmou que recusou ofertas de vacinas da Pfi-



LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3R9UPBB](https://bit.ly/3R9UPBB)

zer. Seriam 70 milhões de doses oferecidas entre agosto e setembro de 2020. Enquanto isso, Pazuello, de forma cínica, dizia à imprensa que a vacinação iniciaria “no dia D, na hora H”. Num lance tragicômico, o governo chegou a preparar um avião para ir à Índia buscar 2 milhões da vacina da Oxford/AstraZeneca, mas o governo indiano negou a liberação das doses naquele momento. De qualquer forma, representaria uma quantidade ínfima frente às necessidades do país. Bolsonaro só queria uma foto para os

jornais em sua disputa eleitoral com João Doria.

O resultado desse negacionismo vimos agora: leitos de UTI se transformando em câmaras de asfixia. Essa é a política de Bolsonaro, Mourão, Pazuello e Guedes – responsáveis pelo crime humanitário de Manaus que logo acontecerá em todo o Brasil, com pacientes morrendo sufocados dentro dos hospitais, caso esses genocidas não sejam derrubados.

Não há previsão para vacinação em massa. A população já está percebendo que não tem

vacina, não tem seringas e agulhas nem auxílio emergencial. Por isso cresce a indignação que faz a popularidade de Bolsonaro despencar. Para deter a catástrofe humanitária, é preciso remover esse governo genocida, que é um entrave para a vacina.

Pazuello está sendo investigado pela catástrofe em Manaus, mas o general não é o único genocida desse governo. Mais do que nunca, é preciso intensificar a campanha pelo Fora Bolsonaro, Mourão e Pazuello! Vacina para todos já!

PROTESTOS

Carreatas e plenária popular pelo Fora Bolsonaro



No dia 23 de janeiro, movimentos sociais, partidos e organizações da classe trabalhadora promoveram carreatas que atingiram quase todas as regiões do país. Das capitais às cidades do interior, as ruas e avenidas foram tomadas por carros, motos e bicicletas que denunciaram o genocídio em marcha perpetrado por um governo de milicianos e seus cúmplices nos estados e municípios. Foi uma contunden-

te demonstração da indignação e da revolta que fervilham diante dos descalabros e dos sucessivos crimes praticados pelo governo.

No dia 25 de janeiro, ocorreu uma plenária nacional virtual das organizações populares pela vacinação já, pelo auxílio emergencial, por emprego e pelo “Fora Bolsonaro!”. Participaram 480 representantes de entidades políticas, religiosas, sindicais, populares e

de juventude, que discutiram as próximas ações. Entre as atividades aprovadas, estão a realização de novas carreatas em todo o país no próximo dia 31; um ato político de entrega do pedido de impeachment (entre os dias 1º a 5 de fevereiro); um dia nacional de solidariedade e dia de luta pelo auxílio emergencial (6 de fevereiro) e uma nova carreata nacional pelo Fora Bolsonaro (21 de fevereiro).

VACINA

Para garantir vacinação, é preciso enfrentar imperialismo e quebrar patentes



DA REDAÇÃO

A pandemia expôs ao mundo a cara brutal da desigualdade social provocada pelo capitalismo. A população mais pobre e vulnerável é a maior vítima do vírus. Não tem possibilidade de praticar distanciamento social, não tem testagem, nem tratamento médico, nem oxigênio. Agora, a maioria vai ficar sem vacina, pois os imunizantes são controlados pelas multinacionais farmacêuticas e pelos países imperialistas.

Um levantamento da ONG Oxfam em parceria com a Anistia Internacional e a Justiça Global mostra que os países ricos já garantiram 53% das vacinas mais promissoras. Enquanto isso, 67 países pobres terão vacina para imunizar apenas uma em cada dez pessoas em 2021.

Recentemente, o diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom, revelou que a iniciativa Covax Facility, um consórcio mundial que visa impulsionar o desenvolvimento de vacinas aos países mais pobres, está fracas-

sando, pois os grandes laboratórios priorizaram a aprovação regulatória nos países onde os lucros são maiores, em vez de destinar as doses para a OMS.

Os direitos de propriedade intelectual das corporações sobre as vacinas ameaçam até mesmo o modesto consórcio Covax Facility da OMS, cuja proposta é assegurar 700 milhões de doses aos países pobres em 2021, algo absolutamente insuficiente para uma população de 3,6 bilhões de pessoas. Por tudo isso, é urgente quebrar as patentes que estão nas mãos das grandes



LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/2KWAC9C](https://bit.ly/2kwac9c)

empresas. Essa é a única forma de garantir a produção rápida de vacinas nos países

pobres e garantir a campanha de vacinação no Brasil, que está ameaçada.

PERGUNTAS E RESPOSTAS SOBRE VACINAÇÃO E QUEBRA DAS PATENTES



FALTA DE INSUMO AMEAÇA VACINAÇÃO NO BRASIL?

Sim. No Brasil, a produção das vacinas de Oxford/AstraZeneca e CoronaVac no Brasil, pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e pelo Instituto Butantan respectivamente, depende da chegada do Insumo Farmacêutico Ativo (IFA), o princípio ativo das vacinas. A falta dele pode interromper a campanha de vacinação da COVID-19 no país. Nos dois casos, o IFA é produzido na China, e o atraso no processo de entrega vai atrasar todo o cronograma de produção de vacinas no Brasil.

O Brasil tem até agora 12,8 milhões de doses de vacinas para enfrentar a pandemia, somando as vacinas da Oxford/AstraZeneca e CoronaVac. Esse número garante apenas a imunização de 40% da população definida pelo Governo Federal como prioritária para a fase inicial da imunização – trabalhadores da saúde, pessoas de 75 anos ou mais, pessoas com mais de 60 anos que estejam em casas de repouso ou clínicas geriátricas, população indígena e povos e comunidades ribeirinhas.

O Brasil é totalmente dependente da China e da Índia na fabricação de insumos. Nesse momento, o Butantan espera a chegada de IFA para retomar a produção de 46 milhões de doses da vacina.



POR QUE É PRECISO QUEBRAR AS PATENTES?

Nessas circunstâncias, apenas a quebra das patentes permitirá ao Brasil produzir o IFA das vacinas de Oxford/AstraZeneca e CoronaVac, que já estão sendo aplicadas entre os grupos prioritários. Hoje o Butantan tem capacidade e poderia estar fabricando um milhão de doses por dia, mas a produção está parada porque depende de insumos feitos pelo laboratório chinês Sinovac.

A quebra de patentes também acabaria com o segredo comercial dos laboratórios que estão produzindo vacinas com novas tecnologias, como as vacinas com RNA mensageiro, produzidas pela Pfizer/BioNTech e pela Moderna. A “vacina dos ricos”, como vem sendo apelidada, está sendo aplicada somente nas nações centrais do capitalismo, nos Estados Unidos e na Europa.

A quebra de patentes também permitiria o uso da vacina da Johnson & Johnson, que é aplicada em apenas uma dose e, portanto, imunizaria a população mais rápido. Além disso, outras gerações de vacina mais eficazes que vão aparecer ao longo do ano poderiam ser utilizadas.

Para erradicar o vírus, é preciso vacinar cerca de 70% da população, ou seja, mais de 140 milhões de pessoas. Isso significa que precisamos de mais de 300 milhões de doses de vacina. Quanto mais rápido for a vacinação, menor será o risco de mutação do vírus, que pode desenvolver variantes mais mortais e resistentes às vacinas atuais em desenvolvimento.

O Sistema Único de Saúde (SUS) tem capacidade para realizar a vacinação em massa contra a COVID-19. No passado, o Programa Nacional de Imunizações (PNI) do SUS chegou a vacinar 10 milhões de crianças contra a poliomielite em um único dia. Nenhum país do mundo tem essa capacidade, mas nos faltam as vacinas.



GOVERNO BOLSONARO É CONTRA QUEBRA DE PATENTES?

Em outubro de 2020, Índia e África do Sul propuseram à Organização Mundial do Comércio (OMC) que não houvesse sanções comerciais aos países que quebrassem patentes de medicamentos e vacinas contra a COVID-19. A ideia era aumentar a capacidade produtiva e colocar laboratórios e institutos de biotecnologia ao redor do mundo para colaborar na imunização da população global.

No entanto, os países imperialistas foram contrários à proposta. Entre essas nações, estavam sedes de grandes indústrias farmacêuticas, como Estados Unidos, países da União Europeia, Suíça, Noruega, Canadá, Japão, Austrália. Orientado por Bolsonaro, o Brasil também votou contra a quebra das patentes, comportando-se como um lambe-boas do imperialismo. Em 18 de janeiro, enquanto o sistema de saúde em Manaus entrava em colapso, uma nova discussão ocorreu na OMS. Desta vez, o Brasil se absteve e não votou a favor da quebra de patentes.

Além disso, Bolsonaro gastou mais com cloroquina e testes abandonados (R\$ 540 milhões) do que com toda a pesquisa e inovação contra a COVID-19 (R\$ 470 milhões).



POR QUE PAÍSES IMPERIALISTAS E FARMACÊUTICAS SÃO CONTRA A QUEBRA DE PATENTES?

“Desde o início da pandemia, as corporações farmacêuticas têm mantido a sua prática padrão de controle rígido sobre os direitos de propriedade intelectual, enquanto prosseguem com acordos comerciais secretos e monopolistas que excluem muitos países em desenvolvimento de se beneficiarem”, explica o diretor executivo da campanha de acesso a remédios da ONG Médicos Sem Fronteira, Sidney Wong.

A corrida pela vacina se tornou um imenso e lucrativo negócio para essas corporações. A anglo-sueca AstraZeneca viu seu lucro líquido aumentar de US\$ 299 milhões para US\$ 648 milhões. Analistas financeiros avaliam que só a Pfizer e a também estadunidense Moderna lucrarão no mínimo US\$ 32 bilhões com vacinas em 2021. Já o fundador da BioNTech, o alemão Uğur Şahin, viu sua fortuna pessoal ultrapassar os US\$ 5 bilhões, entrando na lista dos 500 maiores bilionários da Bloomberg.

Vale lembrar que a quase totalidade das pesquisas que culminaram no desenvolvimento das vacinas contra a COVID-19 vieram de investimentos públicos (veja gráfico ao lado). AstraZeneca, Moderna e Pfizer/BioNTech receberam juntas mais de US\$ 5 bilhões de investimentos públicos. A Pfizer tem 96% da sua produção já garantida aos países ricos, e a Moderna, 100%.

O desenvolvimento e a produção de vacinas poderá ser o negócio do século. Por isso as corporações e os governos dos países imperialistas são contra abrir mão dos direitos de propriedade intelectual.

O caso da China também envolve interesses comerciais. A imprensa vem chamando a ofensiva chinesa como a “diplomacia da vacina”. O objetivo seria o de ocupar mercados e fortalecer a posição do país nos lugares onde a China já tem importante atuação no comércio e na infraestrutura.

Assim, os laboratórios chineses estão sendo utilizados como peças na estratégia chinesa na exportação de capitais e na disputa e conquista de mercados para seus negócios capitalistas.

Um dos maiores interesses da China no Brasil é levar a participação da Huawei no leilão da implementação da internet 5G no país. Alinhado à guerra comercial de Trump, Bolsonaro havia restringido a participação da empresa chinesa no leilão da 5G. Agora a China faz uma chantagem odiosa e estabelece a participação da Huawei no processo do 5G como contrapartida para liberar os insumos para as vacinas. Por esse motivo, o governo colocou o Ministério das Comunicações do Brasil para negociar com os chineses.

SOBERANIA

Investir em ciência e na produção de vacinas

A saída para deter a pandemia e salvar mais vidas é a quebra da patente das vacinas e o investimento massivo em tecnologia para produzi-las no Brasil. Do contrário, corremos o risco de repetir a tragédia de Manaus em todo o país.

Hoje os principais institutos científicos nacionais estão sucateados devido aos frequentes cortes de verba. O governador de São Paulo, João Doria, gosta de posar para fotos com o aven-

tal do Butantan, mas apresentou, em agosto do ano passado, o projeto de lei 529/20 que resultará quase na extinção das verbas para a pesquisa científica do estado.

A Fiocruz enfrenta a mesma realidade de sucateamento. Aliás, Bolsonaro cortou 68,9% da cota de importação de equipamentos e insumos destinados à pesquisa científica. A medida afeta principalmente as ações desenvolvidas pelo Instituto Bu-

tantan e pela Fiocruz no combate à pandemia.

No Brasil, pelos menos 15 grupos procuram desenvolver um imunizante contra o coronavírus e receberam a merreca de R\$ 15 milhões do Governo Federal. Os EUA, por exemplo, investiram mais de US\$ 1 bilhão apenas na vacina da Moderna. No total, o país investiu mais de US\$ 10 bilhões (R\$ 50 bilhões) no desenvolvimento de vacinas.

Há 20 anos, o Brasil produ-



zia a metade da quantidade de IFA para outras vacinas e medicamentos usados por aqui. Hoje, com a falta de investimento em ciência e tecnologia e com o retrocesso da industrialização, produzimos apenas 5%. Essa realidade precisa mudar. É preciso investir de forma massiva para que o Brasil possa produzir medicamentos e vacinas e romper com a dependência externa.

QUEM FINANCIOU AS VACINAS CONTRA A COVID-19?



POLÊMICA

A posição da esquerda nas eleições no Congresso: um papel vergonhoso



BERNARDO CERDEIRA
DE SÃO PAULO (SP)

A eleição para os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado, que será no dia 1º de fevereiro, abriu uma polêmica entre os partidos de esquerda, em particular no PT e na bancada do PSOL. A discussão se deu sobre a decisão de apoiar a candidatura de Baleia Rossi (MDB), apoiado por PSDB, PDT, PSB e PCdoB, opositor do candidato de Bolsonaro, deputado Arthur Lira, da coalizão PP, PSD, PL, Republicanos e outros. A proposta foi aprovada pela bancada do PT por uma diferença de apenas quatro votos (27 a 23), contra os que defendiam uma candidatura própria do partido.

Segundo a maioria, a decisão se justificava porque Baleia teria firmado compromissos com os partidos de oposição – “em defesa da democracia, da independência do Poder Legislativo e de uma agenda legislativa que contemple direitos essenciais da população” –, tais como projetos que garantam o enfrentamento à pandemia com acesso universal à vacina e uma renda emergencial e/ou a ampliação do Bolsa Família.

O líder da bancada, Énio Verri (PT-PR), e a presidente nacional do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR), disseram que o objetivo de apoiar a candidatura de Baleia Rossi é “enfrentar a agenda de retrocessos pautada pelo governo de extrema direita no campo dos direitos humanos e dos direitos constitucionais”. A aliança também seria “necessária para derrotar as pretensões de Jair Bolsonaro de controlar a Câmara dos Deputados”.

É significativo que não tenha havido polêmica sobre a decisão escandalosa (e contraditória com esses argumentos em relação à elei-

ção da Câmara) do próprio PT de apoiar Rodrigo Pacheco (DEM), o candidato do governo para a eleição para presidente do Senado.

No PSOL, houve empate na votação deste tema no interior da bancada (5 a 5). A proposta de apoiar Baleia veio do deputado Marcelo Freixo (RJ) e dos deputados do Movimento de Esquerda Socialista (MES), uma das correntes do partido. Diante do impasse, a executiva nacional decidiu lançar a candidatura da deputada Luiza Erundina (SP). No entanto, já anunciou que no segundo turno apoiará o candidato de oposição a Bolsonaro (ou seja, Baleia Rossi). Mesmo assim, a decisão da executiva nacional do partido vem provocando um debate com ataques públicos mútuos entre as duas posições.

COMO SE JUSTIFICA O APOIO A SEMELHANTE CANDIDATO?

Além de ser o candidato de um partido de direita, neoliberal, inimigo dos trabalhadores e extremamente corrupto, Baleia foi um dos articuladores do processo de impeachment de Dilma Rousseff, caracterizado como um golpe pelo PT. Como se justifica então o apoio a essa figura?

Em artigo, José Dirceu, ainda hoje uma importante referência política do PT, apoiou a decisão da bancada. Queremos discutir seus argumentos porque, em nossa opinião, representam bem a fundamentação dessa posição. Os argumentos de Marcelo Freixo são basicamente os mesmos.

O primeiro argumento de José Dirceu é que “Bolsonaro é de extrema direita, autoritário e obscurantista”, mas “há uma oposição de direita às suas políticas externa, ambiental, cultural, educacional e científica, sua



Baleia Rossi (MDB), o candidato apoiado pelo PT e parte da bancada do PSOL

agenda fundamentalista e suas ameaças à democracia. Não fosse o STF, o Congresso Nacional e a oposição de esquerda, Bolsonaro já seria ditador. Foram essas instituições que impediram a privatização da Previdência, evitaram a consolidação do Estado policial do pacote anticrime de Moro, garantiram os direitos da mulher, dos educadores, da trabalhadora rural, o BPC”.

Na verdade, esse argumento é um raciocínio falso que tenta apresentar ser verdadeiro. Exagera um fato muito parcial: o projeto político de Maia e de seu bloco no Congresso não é o mesmo projeto ditatorial de Bolsonaro, mas isso está muito longe de significar que esse bloco é oposição ao governo. Se compararmos cada uma das posições desse bloco às políticas de Bolsonaro, entenderemos como José Dirceu distorce e encobre a verdade.

Segundo ele, por exemplo, a suposta oposição de direita teria “impedido a privatização da Previdência”. Contudo, a verdade é que Rodrigo Maia e os deputados de direita foram os principais apoiadores e garantidores da reforma da Previdê-

cia que destruiu os direitos dos aposentados, impôs a idade mínima de 65 anos, eliminou a aposentadoria por tempo de serviço e, dessa forma, beneficiou a Previdência privada bancada pelo sistema financeiro.

Maia e seus comandados apenas cortaram alguns aspectos mais gritantes da reforma que foram colocados pelo governo somente para serem retirados na negociação. Dessa forma, facilitaram a aprovação da medida. Bolsonaro, Guedes e Maia trabalharam em comum acordo para aprovar uma reforma que só retirou direitos históricos dos trabalhadores.

O pior é que José Dirceu oculta e omite o principal papel de Rodrigo Maia como presidente da Câmara, que é o de sustentar o governo Bolsonaro. Esse papel fica evidente quando Maia senta sobre mais de 60 pedidos de impeachment de Bolsonaro baseados em crimes de responsabilidade muito explícitos e se recusa a colocá-los para exame dos parlamentares. Sob a capa de garantidor da estabilidade, Maia e essa falsa “direita democrática” na verdade têm sido um dos principais pilares, junto com

as Forças Armadas e o STF, que garantem a sustentabilidade de Bolsonaro.

Outra mentira é a afirmação de que o PT não perderia sua independência ao compor essa aliança com partidos de direita. Segundo Dirceu: “Não vamos perder nossa identidade ou independência por participar das mesas e votar nas eleições internas nas casas legislativas. Nossa oposição ao programa econômico neoliberal e nossa disputa com a direita liberal continuarão.”

Esse argumento tenta encobrir o verdadeiro problema. Ninguém afirma que o PT perde sua independência por “participar das mesas e votar nas eleições internas” do parlamento. O problema está no fato de que o PT participa de uma aliança política com partidos burgueses e apoia e fortalece um candidato burguês de direita. Com isso perde, sim, sua independência.

Os últimos argumentos de José Dirceu são uma justificativa muito usada pelos que defendem alianças com a burguesia: a necessidade de uma frente contra esse governo autoritário. Ele pergunta: “Existe uma agenda democrática no país ou não? (...) nas esquerdas (...) muitos se comportam como se

vivêssemos em um governo como outro qualquer, desconsiderando seu caráter militar, autoritário, obscurantista e negacionista (...). Parecem desconhecer que viemos de várias derrotas e estamos na defensiva e num descenso das lutas sociais e populares."

Sem dúvida, Bolsonaro tem um projeto autoritário e gosta-

ria de impor um regime militar. Se houvesse uma ameaça de um autogolpe de Bolsonaro, apoiado pelas Forças Armadas, para, por exemplo, fechar ou coagir o Congresso, seria válido fazer uma unidade temporária com todos os deputados que se opusessem a esse golpe. Mas não existe nenhuma ameaça desse tipo no ho-

rizonte. Não há uma correlação de forças para Bolsonaro impor seu projeto. Agitar esse argumento não passa de uma manobra para dizer "somos muito fracos e não temos alternativa a não ser apoiar uma ala da direita".

**LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3SXMPM5](https://bit.ly/3sxmpm5)**



Arthur Lira, o candidato apoiado por Bolsonaro

FRENTE AMPLA

A conciliação permanente com a burguesia

A política de compor uma aliança com o MDB e o DEM (Rodrigo Maia) e o setor "democrático" da burguesia na verdade é uma política de alcance mais longo: visa as eleições presidenciais de 2022 e além. Seu objetivo é repetir a aliança que foi a base parlamentar e de governo de Lula e Dilma. José Dirceu é explícito quando explica que "a posição do PT unifica os partidos de esquerda – à exceção do PSOL

até este momento –, cria as bases para consolidar nossa aliança no Parlamento e abre caminho para uma Frente Popular à semelhança da Frente Amplia Uruguaia ou da experiência portuguesa da Geringonça. Ou pelo menos este deve ser nosso objetivo".

Os dirigentes do PT, do PCdoB e do PSOL se esquivam da constatação de um fato incômodo. No Brasil, há uma experiência de 13 anos

de governo de uma frente ampla, ou frente amplíssima, nos governos de Lula e Dilma, composta justamente pelo MDB de Baleia Rossi, que ia até o PP de Arthur Lira. Essa aliança terminou num desastre de governo e corrupção. Repetir essa política não vai produzir um resultado diferente, e uma frente ampla um pouco menos ampla não muda o caráter nefasto de uma aliança com a burguesia.



A POSIÇÃO DOS REVOLUCIONÁRIOS

O que deveriam fazer partidos comprometidos com a classe trabalhadora?



Um partido realmente comprometido com os interesses dos trabalhadores deveria ter como preocupação

e atividade prática principal a organização das lutas dos trabalhadores em defesa dos seus direitos e, principalmen-

te, lutar para derrubar o governo genocida de Bolsonaro, preparando-os dessa forma para que conquistem o poder

político por meio de um governo socialista dos trabalhadores. O caminho para derrotar Bolsonaro passa pela mobilização popular, das greves às manifestações de rua.

A atividade parlamentar seria fundamental, na medida em que estivesse a serviço da organização e da preparação da mobilização em defesa dos direitos e contra o governo Bolsonaro. Os parlamentares, além de apoiar e estimular essas lutas, deveriam fortalecer a confiança dos trabalhadores e dos oprimidos em suas próprias forças.

O papel político dos representantes de verdadeiros partidos dos trabalhadores seria assumir a denúncia e o combate permanente não só ao governo Bolsonaro, como também a seus cúmplices no Congresso e ao STF, que garantem, por ação ou por omissão, a

sustentação do genocida. Esse papel deveria culminar com a apresentação de um polo de independência da classe trabalhadora diante da burguesia.

O PT, o PCdoB e a ala do PSOL que apoia Baleia fazem o contrário. Ajudam a lançar confusão entre os trabalhadores, os setores populares e inclusive de classe média, ao apresentar inimigos de classe como Rodrigo Maia e Baleia Rossi como se fossem aliados. Em vez de reforçar os movimentos populares e uma alternativa de esquerda, fortalecem uma variante supostamente civilizada da direita. Dessa forma, não defendem nem os interesses imediatos dos trabalhadores nem seus objetivos históricos. Não é mera questão tática. É uma política criminosa e um papel vergonhoso.

ARGENTINA

Aborto legal: uma grande vitória

No dia 30 de dezembro, o Senado argentino aprovou, em meio a uma grande mobilização, o direito à interrupção da gravidez até a 14ª semana de gestação. Foi uma vitória histórica do movimento de mulheres por um direito que afeta sobretudo as mulheres pobres da classe trabalhadora, cujo avanço repercutiu em nível internacional.



PSTU-ARGENTINA

Nos dias anteriores ao 29D, o dia de mobilização marcado para pressionar o Senado a votar a favor da medida, a ansiedade começou a fazer efeito, e a incerteza de não saber se teríamos força não nos deixava dormir. Os preparativos para a mobilização estavam em marcha. Desta vez, as mulheres argentinas não queriam voltar para casa com as mãos vazias ou com promessas de que se não fosse agora, poderia ser depois.

Não quisemos repetir 2018, quando o movimento foi derrotado. Fomos com tudo, e assim conseguimos um triunfo histórico, que nos enche de força para continuar lutando por tudo o que falta, que é muitíssimo, mas este pontapé nos impulsiona para continuar ganhando.

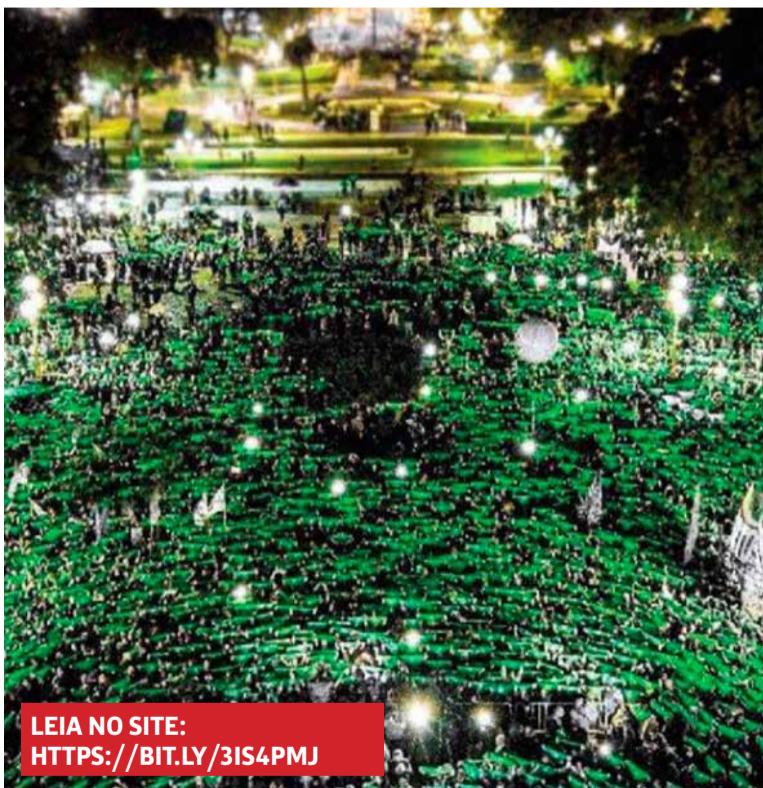
UMA VITÓRIA PARA TODA A AMÉRICA LATINA

A legalização do aborto na Argentina, depois de uma luta de anos, não tem grande importância só neste país, mas também no conjunto da América Latina e no mundo. Já se começa a discutir a des-criminalização do aborto no Chile e certamente começará a se expandir para muitos outros países do continente.

A mesma necessidade permeia os setores populares de todo o continente, onde em poucos países o aborto é legal: Cuba, Porto Rico, Guiana, Guiana Francesa, Uruguai e dois estados do México (Distrito Federal e Oaxaca), aos quais agora se soma a Argentina.

UMA LEI APROVADA COM MUITOS OBSTÁCULOS

A legalização do aborto na Argentina é uma grande vitória das mulheres e dos setores populares. Em par-



LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3IS4PMJ](https://bit.ly/3is4PMJ)

ticular para os setores que, sendo ilegal, não podiam ter os recursos para realizar um aborto e não morrer ou sofrer consequências gravíssimas para sua saúde. Além disso, trata-se de um importantíssimo passo adiante na luta pelo direito de escolher o momen-

to de ser mãe ou de não ser.

Por isso, o que foi conquistado é uma alavanca para continuar lutando contra as limitações que a própria lei aprovada impõe. A objeção de consciência individual deverá ser combatida com força por todas as organizações e

gam-se a algo certo: a Constituição nacional estabelece que a vida se inicia no momento da concepção. A isso se soma o Código Civil apoiado pelo kirchnerismo em 2014, que propõe que a vida existe desde a concepção, e isso não mudou. Por isso, uma tarefa fundamental é eliminar todos os artigos constitucionais que sejam um obstáculo à implementação do aborto legal na Argentina.

Por outro lado, a ministra da Mulher, Elizabeth Gómez Alcorta, já diz que a aplicação da lei será lenta, já que nem todas as províncias e seus hospitais contam com os recursos necessários para implementá-la. Não há sequer recursos para o combate à pandemia, mas o orçamento de 2021 se compromete com o pagamento da dívida externa e do FMI em detrimento de direitos básicos como saúde.

O Estado argentino continua subsidiando a religião católica e suas instituições educativas com milhões, enquanto nos dizem que não há mais dinheiro para as necessidades do povo trabalhador.

Todas essas questões serão obstáculos para uma implementação efetiva da nova lei. Por isso uma das tarefas mais importantes num futuro próximo será superá-las para que todas as mulheres pobres e gestantes dos setores populares possam realmente ter acesso ao aborto legal.

Essa luta deve ser travada em unidade entre trabalhadoras e trabalhadores, os setores populares, em luta por todas as nossas reivindicações.

Devemos unir todas as forças para modificar pela raiz este sistema que nos mantém a todas e todos oprimidos e explorados. Essa tarefa só pode ser levada adiante por um governo diferente, no qual os trabalhadores e o povo tenham o poder.

MEMÓRIA

O legado de Nahuel Moreno



ALEJANDRO ITURBE,
DA LIGA INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES – QUARTA INTERNACIONAL

No dia 25 de janeiro, completaram-se 34 anos da morte do trotskista argentino Nahuel Moreno. Em 1944, na Argentina, ele fundou a corrente política que depois seria conhecida como “morenismo” e, em 1982, a Liga Internacional dos Trabalhadores – Quarta Internacional (LIT-QI), da qual foi seu máximo dirigente até sua morte. Nahuel Moreno continua presente na vida política de importantes setores da esquerda latino-americana e mundial.

Essa presença política atual foi construída em seus quase 50 anos de militância nacional e internacional. Atualmente, inúmeras organizações políticas da América Latina e da Europa se reivindicam “morenistas” e, ao mesmo tempo, outras organizações trotskistas e de esquerda definem seu perfil político criticando (e às vezes falsificando) suas posições.

MAIS OPERÁRIOS DO QUE NUNCA

Este enfoque para interpretar o significado de Moreno e do morenismo se refere a um conselho que ele dava às organizações que orientava, especialmente em momentos de crise ou de dúvidas. Ele dizia que era necessário tentar ser “mais operários, marxistas e internacionalistas do que nunca”. Nessa frase cur-

ta, resumia uma verdadeira orientação para a construção dessas organizações.

Ser “mais operário” foi algo que começou a aplicar desde o início de sua militância, na década de 1940, quando rompeu com o “trotskismo boêmio de café” e transferiu o pequeno grupo de adolescentes que formavam o Grupo Operário Marxista (GOM) para a Villa Pobladora, na periferia de Buenos Aires, no coração operário e industrial da Argentina da época.

Ele afirmava que o trotskismo e seu programa deviam ser a expressão política da classe operária, especialmente dos seus setores mais concentrados e explorados. Dizia que essa era a única base de classe possível para que um partido operário revolucionário se construísse e pudesse avançar em sua estratégia.

MAIS MARXISTAS DO QUE NUNCA

Em relação a ser “mais marxista”, referia-se, por um lado, à necessidade de estudar com profundidade, baseado nas ferramentas teóricas do marxismo, os novos fenômenos e processos que não se enquadram nos velhos esquemas e, se necessário, corrigir essas ferramentas teóricas para que respondessem às novas realidades. Tratava-se de combinar as

elaborações centrais do marxismo que continuam em plena viabilidade na atualidade (sem capítulos às modas teóricas ou aos ceticismos impacientes) com um olhar sempre crítico e alerta sobre aquilo que não se verificou ou que já foi superado. Como Moreno disse em seu artigo “Ser trotskista hoje”, “ser trotskista é ser crítico, inclusive do próprio trotskismo”.

UMA ESCOLA DE TÁTICAS

Por outro lado, tratava-se de estudar com profundidade as situações do mundo e de cada país para, a partir daí, elaborar políticas e orientações corretas. Moreno apontava que era necessário fazer política revolucionária como age um bom médico, que somente indica um tratamento depois de realizar as análises necessárias e elaborar um cuidadoso diagnóstico. Várias vezes, criticou dirigentes nacionais de sua corrente e os chamou de “curandeiros” por não cumprirem esse requisito e trabalharem apenas baseados em intuições e olhadas rápidas que, inevitavelmente, deixavam-nos sujeitos às pressões, modas ou falsas apariências da realidade.

Em base a análises rigorosas das diferentes situações da Argentina e de outros países, as numerosas táticas propostas, “possíveis” e “aplicáveis”, formam, em seu conjunto, um verdadeiro “catálogo” de construção revolucionária. Abrange desde as intervenções nos



processos eleitorais e o aproveitamento da legalidade até a militância na mais absoluta clandestinidade ou a luta armada contra as ditaduras, passando pela participação nas lutas e na organização sindical dos trabalhadores.

Seria muito longo enumerar todas. Queremos destacar especialmente aqueles momentos em que as organizações orientadas por Moreno conseguiram “romper o cerco” da marginalidade e serem participantes destacadas de importantes processos da luta de classes.

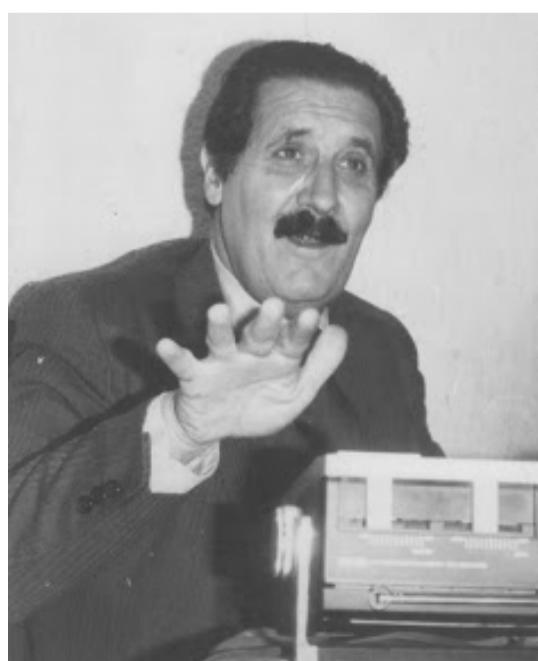
* Entre 1956 e 1958, o pequeno Partido Operário Revolucionário (POR) argentino edita, junto com ativistas operários peronistas combativos, o jornal Palabra Obrera, do qual são vendidos milhares de exemplares. Sua influência nas fábricas permitiu que o POR tivesse um peso muito importante nas principais greves daqueles anos e codirigisse a Resistência Peronista contra a ditadura militar.

* Nos primeiros anos da década de 1960, Hugo Blanco (estudante peruano captado na Argentina pelo grupo de Moreno)



voltou ao Peru, onde organiza e dirige os sindicatos e a luta dos camponeses de Cuzco pela reforma agrária. Transforma-se, assim, segundo as palavras do próprio Moreno, no “mais importante dirigente de massas trotskista depois de Trotsky”.

* Em 1979, o Partido Socialista dos Trabalhadores (PST) da Colômbia impulsiona a formação da Brigada Simón Bolívar, que vai lutar na Nicarágua contra a ditadura de Anastasio Somoza, junto às forças da Frente Sandinista de Libertação Nacional. Nos combates, tem três mortos e vários feridos. Dessa forma, militantes e simpatizantes trotskistas têm o orgulho de intervir diretamente em um grande processo revolucionário e na derrota de um dos ditadores mais sanguinários do continente latino-americano.



La dictadura gorila, en su desesperación, responde con nuevas violencias al clamor popular — Nuevamente el estado de sitio

PROCESAN A NUESTRO DIRECTOR Angel Bengochea Detenido en Devoto



Angel Bengochea
Presidente por el diario
de trabajadores

DETENCIONES EN MASA INSISTEN EN EL TERROR

Violenta represión a los trabajadores. Se reúnen los 62 gremios

palabra obrera

EL MEJOR INCENTIVO: ¡QUE SE VAYAN!

CUADRO DE HONOR

Palabras de los dirigentes de los sindicatos y organizaciones que se han distinguido en la lucha por la justicia social y la dignidad de los trabajadores.

**MÁS DE 300 DIRIGENTES OBREROS
DETENIDOS POR LA DICTADURA**

En el Congreso de la Caja de Pensiones, el 10 de octubre de 1982, se presentó una lista de 300 dirigentes obreros detenidos por la dictadura. Los dirigentes detenidos son: 1) Presidente de la Caja de Pensiones, 2) Presidente de la Caja de Pensiones, 3) Presidente de la Caja de Pensiones, 4) Presidente de la Caja de Pensiones, 5) Presidente de la Caja de Pensiones, 6) Presidente de la Caja de Pensiones, 7) Presidente de la Caja de Pensiones, 8) Presidente de la Caja de Pensiones, 9) Presidente de la Caja de Pensiones, 10) Presidente de la Caja de Pensiones, 11) Presidente de la Caja de Pensiones, 12) Presidente de la Caja de Pensiones, 13) Presidente de la Caja de Pensiones, 14) Presidente de la Caja de Pensiones, 15) Presidente de la Caja de Pensiones, 16) Presidente de la Caja de Pensiones, 17) Presidente de la Caja de Pensiones, 18) Presidente de la Caja de Pensiones, 19) Presidente de la Caja de Pensiones, 20) Presidente de la Caja de Pensiones, 21) Presidente de la Caja de Pensiones, 22) Presidente de la Caja de Pensiones, 23) Presidente de la Caja de Pensiones, 24) Presidente de la Caja de Pensiones, 25) Presidente de la Caja de Pensiones, 26) Presidente de la Caja de Pensiones, 27) Presidente de la Caja de Pensiones, 28) Presidente de la Caja de Pensiones, 29) Presidente de la Caja de Pensiones, 30) Presidente de la Caja de Pensiones, 31) Presidente de la Caja de Pensiones, 32) Presidente de la Caja de Pensiones, 33) Presidente de la Caja de Pensiones, 34) Presidente de la Caja de Pensiones, 35) Presidente de la Caja de Pensiones, 36) Presidente de la Caja de Pensiones, 37) Presidente de la Caja de Pensiones, 38) Presidente de la Caja de Pensiones, 39) Presidente de la Caja de Pensiones, 40) Presidente de la Caja de Pensiones, 41) Presidente de la Caja de Pensiones, 42) Presidente de la Caja de Pensiones, 43) Presidente de la Caja de Pensiones, 44) Presidente de la Caja de Pensiones, 45) Presidente de la Caja de Pensiones, 46) Presidente de la Caja de Pensiones, 47) Presidente de la Caja de Pensiones, 48) Presidente de la Caja de Pensiones, 49) Presidente de la Caja de Pensiones, 50) Presidente de la Caja de Pensiones, 51) Presidente de la Caja de Pensiones, 52) Presidente de la Caja de Pensiones, 53) Presidente de la Caja de Pensiones, 54) Presidente de la Caja de Pensiones, 55) Presidente de la Caja de Pensiones, 56) Presidente de la Caja de Pensiones, 57) Presidente de la Caja de Pensiones, 58) Presidente de la Caja de Pensiones, 59) Presidente de la Caja de Pensiones, 60) Presidente de la Caja de Pensiones, 61) Presidente de la Caja de Pensiones, 62) Presidente de la Caja de Pensiones.

Jornal Palabra Obrera editado por Moreno

* Nesse mesmo ano, no Brasil, os militantes da Convergência Socialista (CS) chamam a construção de um Partido dos Trabalhadores. No IX Congresso dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo, José Maria de Almeida propõe um manifesto que chama "todos os trabalhadores brasileiros a se unirem na construção do seu partido, o Partido dos Trabalhadores". A moção é aprovada, apesar da posição de Lula naquele momento de participar do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), uma frente de oposição com a burguesia. Também foi levantada pelos morenistas a política de construir uma nova central, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), derrubando os burocratas sindicais pelegos. Assim, foram vanguarda nas propostas de construir um dos maiores

partidos operários do mundo e a nova central, naquele momento uma das mais dinâmicas e democráticas do mundo. Graças a isso, foi possível forjar uma sólida inserção dos morenistas brasileiros na classe operária.

* A partir de 1982, aproveitando as condições da legalidade eleitoral, sua participação nas lutas operárias e sua intervenção nas chapas sindicais antiburocráticas, o Movimento ao Socialismo (MAS) argentino se transforma no partido mais importante da esquerda de seu país e no maior partido trotskista do mundo.

Independentemente do curso posterior dessas experiências, elas ficam como ensinamentos importantes de que, com uma política correta e audaciosa, o trotskismo pode dar importantes saltos em sua construção,

inclusive em momentos aparentemente muito difíceis.

UMA BATALHA CADA VEZ MAIS ATUAL

Na década de 1950, as batalhas políticas de Moreno dentro do trotskismo eram essencialmente dirigidas contra a capitulação de setores da IV Internacional ao stalinismo e aos movimentos nacionalistas burgueses. Nas décadas de 1960 e 1970, foram contra a febre ultraesquerda e guerrilheirista. No fim dos anos 1970 e início dos 1980, começou uma nova batalha que duraria muito mais tempo que as anteriores: a batalha contra o oportunismo e a capitulação à democracia burguesa e às frentes populares.

O problema se aprofundou muito mais, já que, num vendaval oportunista, a grande



Brigada Simón Bolívar que lutou na Nicarágua



Fundação da CUT em 1982

maioria da esquerda avançou em seu giro à direita e abandonou a perspectiva da tomada do poder e da revolução socialista como única alternativa real para mudar o mundo, substituindo-a pela estratégia de humanizar o capitalismo ou radicalizar a democracia. Acabaram se transformando no "braço esquerdo" do capitalismo, que está em completa bancarrota, e limitaram sua ação à resistência dentro do regime democrático-burguês.

MAIS INTERNACIONALISTAS DO QUE NUNCA

Como Trotsky, ele considerava que não podia haver militância ou organização trotskista nacional que não se desenvolvesse como parte da construção de uma organização internacional. A partir de 1948, ano em que participou como delegado no 2º Congresso da IV Internacional, foi fiel a esse princípio.

Durante longos períodos, esteve em minoria nessas organizações. Em 1979, começou a construir sua própria corrente internacional. Primeiro, foi com a Fração Bolchevique (FB). Depois, a partir de 1982, com a LIT-QI.

Ao mesmo tempo, apesar de a LIT-QI, na década de 1980, ter se

transformado na corrente trotskista internacional de maior desenvolvimento e dinâmica, nunca caiu na tentação de a autoproclamar "a IV Internacional". Pelo contrário, desde seus próprios estatutos, sempre colocou esse desenvolvimento a serviço da tarefa de reconstruir a IV Internacional como alternativa de direção revolucionária para as massas.

Podemos dizer que a LIT-QI é o legado objetivo de Moreno. Em tempos em que não está na moda construir partidos revolucionários nacionais segundo o modelo leninista e menos ainda uma internacional revolucionária, a LIT-QI busca se construir sobre o modelo da III e da IV Internacional. Assim como ele nos ensinou, o marxismo não é uma religião nem Moreno é um profeta que jamais errou. Pelo contrário, tomamos a profunda capacidade de autocrítica que o caracterizou durante toda a sua vida militante.

**LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3QW9NYP](https://bit.ly/3QW9NYP)**

LEIA MAIS



**USE O QR CODE
AO LADO E
LEIA MAIS!**

DOIS ANOS DE BRUMADINHO

Um crime que não esqueceremos

No dia 25 de janeiro, completaram-se dois anos do crime da Vale em Brumadinho, Minas Gerais, que matou 270 pessoas e atingiu milhares de famílias que viviam nas cidades afetadas pelo rompimento da Barragem Mina do Feijão. Esse crime vem seguido de outro, causado pelo rompimento da barragem do Fundão, em Mariana, também em Minas, que deixou 19 mortos e promoveu um desastre ambiental sem precedentes.

O laudo pericial, entregue em 12 de junho de 2019, aponta que o risco de falha apresentado pela barragem em Brumadinho era pelo menos 20 vezes maior do que o máximo aceito pelas normas internacionais de segurança. O dado, diz a nota, deveria ter

motivado a suspensão da operação da barragem.

A Vale foi criada no governo Vargas como uma empresa estatal. Em 1997, foi privatizada por Fernando Henrique Cardoso (PSDB) apesar de ser uma empresa extremamente lucrativa. Com o avanço do neoliberalismo e da entrega das riquezas nacionais, o controle de suas ações foi vendido a 23% do preço de seu capital.

Desde então, milhares de trabalhadores e trabalhadoras foram perdendo seus empregos enquanto a produtividade e os lucros aumentavam como nunca. Menos trabalhadores e mais produtividade passou a ser o lema da empresa. Com isso, aumentou também uma atuação predatória voltada para a garantia dos lucros dos acionistas e sua valorização no

mercado e, como consequência, diminuiu a preocupação com a segurança dos trabalhadores.

Desrespeito às leis ambientais, fraude em contratos e inúmeras irregularidades no processo de privatização da empresa são apenas alguns dos crimes que a Vale cometeu nesses anos. E a empresa não foi responsabilizada por nada disso. Na verdade, os trabalhadores e as trabalhadoras, além das comunidades que são afetadas todos os dias pela ação da Vale, foram os únicos atingidos por seus crimes e pelas políticas criminosas dos governos de Minas Gerais, de Aécio (PSDB), passando por Pimentel (PT), até o governo Zema (NOVO).

Bolsonaro, junto com o seu capacho Zema, manteve a política de isenção de impostos às gran-



des mineradoras. Ambos falam de uma crise de arrecadação do estado, mas não falam que se essa crise existe é por causa das isenções.

Em respeito a todas as vítimas dos crimes da Vale, em especial às de Brumadinho e Mariana, temos de exigir que a empresa

seja responsabilizada por seus crimes. Precisamos botar para Fora Bolsonaro e Zema e exigir a estatização da Vale sob controle dos trabalhadores para que a riqueza produzida por nós, trabalhadores e trabalhadoras, seja para garantir a nossa dignidade.

PRISÃO ARBITRÁRIA

Igo e Felipe são inocentes

O rapper Igo Ngo, do grupo Resistência du Gueto, percussionista, produtor musical e cineasta, junto com seu irmão Felipe, foi alvo de mais uma injustiça promovida por uma ação racista da Polícia Militar. Os dois foram presos acusados de um roubo que ocorreu na região de Pinheiros, em São Paulo, em meados de janeiro.

Igo Ngo é um jovem negro que combate o racismo e defende as famílias que não possuem moradias adequadas, por meio do Movimento Luta Popular. É atualmente um dos principais

dirigentes do Movimento Hip Hop Quilombo Brasil,

Depois de comer um yakisoba e sacar dinheiro no caixa eletrônico, os dois pegaram um ônibus para voltar à Zona Sul e nem sequer passaram pela rua na qual o assalto ocorreu. O ônibus em que estavam foi parado pela PM, que os prendeu alegando que suas roupas eram parecidas com a dos suspeitos. A verdade, porém, é que a PM prendeu dois jovens negros inocentes voltando para a periferia de São Paulo.

Imediatamente, iniciou-se uma campanha realizada por movimentos sociais e pela CSP-Conlutas em defesa da liberação dos dois ativistas. Felizmente, ambos foram soltos na tarde no dia 15, depois de passarem doze dias presos. Contudo, eles ainda vão responder à Justiça em liberdade.

Para a advogada e amiga Júlia Maria de Siqueira, a prisão dos rapazes foi arbitrária. “Sem dúvida nenhuma, a prisão do Igo e do Felipinho, como mostram as provas, é

arbitrária e ilegal, porque essas prisões ilegais ocorrem no Brasil. O Brasil é um país onde os negros têm que provar sua

inocência, diferentemente do que está na Constituição, que é a presunção de inocência”, disse ela.



MANAUS

Burguesia fura fila da vacina



Em Manaus, 6.150 pessoas receberam a primeira dose da vacina contra a COVID-19 sem pertencerem ao grupo prioritário da primeira fase da vacinação. São pessoas ricas e políticos da cidade, fora de qualquer grupo de risco, que furaram a fila.

Entre eles está Sabá Reis, secretário de Limpeza Urbana; Shádia Fraxe, secretária da Saúde de Manaus; e Jane Mara Silva de Mo-

raes Oliveira, secretária da Mulher, Assistência Social e Cidadania. Os nomes deles estão numa lista divulgada pela própria prefeitura no dia 24 de janeiro, após uma determinação judicial.

Quem também furou a fila foram as gêmeas Isabelle e Gabrielle Kirk Maddy Lins. As duas jovens são médicas e foram vacinadas pouco depois de serem nomeadas para atuar numa Uni-

dade Básica de Saúde (UBS). A família das médicas é dona de hospitais e universidades particulares em Manaus, entre outros negócios. O escândalo veio à tona depois que elas postaram fotos nas redes sociais.

O prefeito David Almeida chegou a dizer que proibiria fotos de vacinação nas redes sociais. Queria abafar outros casos de fura filas.

O ADEUS A GENIVAL LACERDA

COVID-19 silenciou um dos ícones da cultura nordestina



ROBERTO AGUIAR,
DE SALVADOR (BA)

No dia 7 de janeiro, não ficaram órfãos apenas seus parceiros de dominó, da Av. Boa Viagem, mas o forró e toda a cultura nordestina. A COVID-19, que já matou dezenas de artistas brasileiros, silenciou Genival Lacerda, o último nome da segunda geração do forró. O músico conquistou o Brasil com seu bom humor e se tornou um dos maiores símbolos da cultura nordestina.

posta em parceria com o também paraibano João Gonçalves. Aqui tem Catimberê, o álbum que lançou o hit, vendeu 800 mil cópias. A vendagem expressiva garantiu a presença constante de Genival na rádio e na televisão. Tornou-se, assim, um personagem fundamental na disseminação do forró por todo o Brasil nas décadas de 1970 e 1980.

“Severina Xique Xique” abriu uma nova etapa na carreira do “Rei da Munganga”, que se apega às letras de “duplo sentido”, mas sem

Para o jornalista e crítico musical José Teles, Genival estourou ajudado pela conjuntura política da época, na ditadura militar. Ele ressalta que a partir do AI-5, em 1968, a censura partiu com tudo para cima das canções enquadradas na sigla MPB e não perdia tempo com quem cantava em inglês nem com os forrozeiros que começaram a fazer sucesso com músicas de duplo sentido, mas quase sempre empregando regionalismos que os censores desconheciam.

Contudo, não podemos deixar de pontuar que este chamado “forró de duplo sentido” é recheado de conteúdo muitas vezes machistas, vertente que Genival Lacerda explorou à exaustão, o que ajudou a apagar seus belos trabalhos que não se enquadravam nesse gênero.

VERSATILIDADE

Sem nenhuma dúvida, Genival Lacerda foi um dos intérpretes mais versáteis da música nordestina. Gravou sambas, frevos e choros. Em sua discografia, consta um disco todo dedicado a Jackson do Pandeiro – Genival Lacerda Canta Jackson do Pandeiro, lançado em 1998. No disco Genival Lacerda Canta o Centenário de Luiz Gonzaga, lançado em 2011, “Seu Vavá” revisita a obra do “Rei do Baião” e conta com a participação de Fagner, Elba Ramalho e Chico César.

A versatilidade de Genival Lacerda também ocupou as telas da TV com um programa de humor. Ele contracenou com o ator paraense Lício Mauro (1927-2019) num programa de comédia que deu origem ao LP As Trapalhadas de Cazuza e seu Barbalho,

“Seu Vavá” era um dos seus apelidos. Nasceu em Campinha Grande (PB) e morava em Recife (PE), para onde se mudou em 1953. Foi na capital pernambucana que gravou seu primeiro disco, em 1956, um compacto duplo com “Coco de 56”, escrito por ele e João Vicente, e o xaxado “Dança o Xaxado”, feito por ele com Manoel Avelino. A partir daí, foi conquistando um espaço regional como cantor e radialista.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3QWAR8H](https://bit.ly/3QWAR8H)

se afastar do ritmo original nordestino. A obra de Genival sempre girou em torno dos cocos, xaxados e baiões, entre outros gêneros afins.

PARA ALÉM DO DUPLO SENTIDO

O talento de Genival Lacerda está além das músicas de duplo sentido. Engana-se quem o classifica como o “rei do duplo sentido”, até porque esse movimento vem desde a década de 1950, tendo como precursores Luiz Gonzaga e Zé Dantas (1921-19620), autores de sucessos maliciosos como “Vem Morena”, “Cintura Fina” e “O Xote das Meninas”. Na década de 1960, o movimento teve a cantora pernambucana Marinês (1935-2007) como maior expressão. Só na década de 1970, Genival Lacerda passou a ser o ícone desse estilo de forró.



de 1970. Lício Mauro chamava Genival Lacerda de “o geniozinho da alegria da música nordestina, um comediante sem professor”.

Por tudo isso, reforçamos: chamá-lo de “rei do duplo sentido” é pouco diante de sua obra.

EM DEFESA DO AUTÊNTICO FORRÓ

Caminhando para os 90 anos de idade, o “Rei da Munganga” travava junto com os outros artistas nordestinos uma forte luta em defesa do autêntico forró. Quando o entrevistei em maio em 2017 para uma reportagem do jornal A Tarde, ele tinha acabado de participar do Encontro Nacional do Forró, em Cruz das Almas, cidade do Recôncavo Baiano.

“Temos uma preocupação com a descaracterização das festas de São João. As programações estão cheias de cantores que não têm relação nenhuma com a nossa tradição. Não pode acontecer o que vem acontecendo. Os cantores de forró tradicional, xote e baião ficam fora da grade de atrações. Essa responsabilidade é das autoridades públicas, dos prefeitos e secretários de cultura”, questionou à época.

Ele seguiu com essa batalha até o final da vida. Em 2020, devido à pandemia, não tivemos os tradicionais festeiros juninos que lotam as praças das cidades nordestinas. Genival se despediu dos palcos no carnaval do ano passado, quando se apresentou no Recife ao lado do seu filho João Lacerda, com quem dividia os palcos nos últimos tempos.

“É muito bom fazer show ao lado do meu filho, que está sempre ao meu lado todos os dias. João cuida da produção do meu

trabalho, compõe e canta muito bem. É uma voz a serviço da renovação do autêntico forró”, disse na conversa que tivemos.

João Lacerda destacou a emoção de cantar ao lado do pai: “Para mim, é sempre uma forte emoção cantar ao lado de Genival Lacerda, que é um ícone da música brasileira, do forró, grande representante da música nordestina. Sinto-me feliz em poder cantar ao seu lado e produzir seu trabalho.”

Esse encontro entre pai e filho no palco não mais acontecerá, mas sua obra segue viva. Desde dezembro do ano passado, estão sendo lançadas faixas do DVD Minha Estrada nas redes sociais e nas plataformas digitais de música, com a participação de artistas nordestinos. O CD foi gravado no Teatro Boa Vista, em agosto 2019. Ao todo, são 15 faixas, e será lançada uma por mês.

Genival morreu, mas nos deixou uma obra associada à alegria. Por isso, era amado, tinha seus shows sempre lotados e era um dos maiores expoentes do autêntico forró nordestino.

SAIBA MAIS



PARA LER

O fole roncou!
Uma história
do forró,

de Carlos Marcelo e
Rosualdo Rodrigues,
publicado pela editora
Zahar, 2012

SAIBA MAIS



PARA ASSISTIR

O Rei da Munganga, documentário de Carolina Paiva, produzido em 2008. Acompanha uma turnê de Genival Lacerda por importantes centros do Nordeste e conta com depoimentos de personalidades como Dominguinhos e Elba Ramalho.